ÍNDICE

INTRODUÇÃO 15

PARTE I – O COMÉRCIO INTERNACIONAL 21
1. RELEVO ATUAL 23
2. A ALTERNÂNCIA ENTRE O LIVRE-CAMBISMO E O PROTECIONISMO NA HISTÓRIA RECENTE DOS FACTOS E DA CIÊNCIA ECONÓMICA 29
   2.1. Na história dos factos 30
   2.2. Na história da ciência 39
3. TEORIAS EXPLICATIVAS DO COMÉRCIO 45
   3.1. Determinantes do lado da oferta 45
      3.1.1. Teoria clássica (Smith e Ricardo) 45
      3.1.2. Teoria neo-clássica (Heckscher-Ohlin-Samuelson): da 'proporção dos fatores' 49
         3.1.2.1. A formulação da teoria 49
         3.1.2.2. O paradoxo de Leontief 55
      3.1.3. Outras teorias 58
         3.1.3.1. Explicações tecnológicas 59
            a) A teoria do intervalo (*gap*) tecnológico (Posner) 59
            b) A teoria do ciclo do produto (Vernon) 61
         3.1.3.2. Economias de escala 63
   3.2. Determinantes do lado da procura 65
      3.2.1. Explicação pela 'sobreposição de procuras' (Linder) 66
      3.2.2. Explicação pela 'diferenciação de atributos' (Lancaster) 68

3.3. O comércio intra-setorial 69
3.3.1. Noção, significado e medição 69
3.3.2. Expressão 72
3.3.2.1. Nos países da OCDE 72
3.3.2.2. Em Portugal 78
3.3.3. A especialização e o ajustamento das economias 81
Anexo I.A – A problemática da afetação ótima dos recursos 83
Anexo I.B – As matrizes das relações inter-setoriais 95

PARTE II – AS RESTRIÇÕES AO COMÉRCIO 99
1. FORMAS 101
1.1. Impostos alfandegários 101
1.1.1. Impostos protecionistas e fiscais (livre-cambistas) 102
1.1.2. Impostos de importação, de exportação e de trânsito 106
1.1.3. Impostos específicos e *ad valorem* 107
1.1.4. Outras distinções 110
1.2. Restrições quantitativas 110
1.3. Restrições aos pagamentos 112
1.4. Outros obstáculos 113
2. MEDIÇÃO 113
2.1. A 'proteção' nominal 114
2.2. A proteção efetiva 115
2.2.1. Noção 115
2.2.2. Fórmula de medição e exemplos 118
2.2.3. A medição da proteção efetiva em Portugal 121
2.2.4. Juízo acerca da medição da proteção efetiva 126
3. EFEITOS 129
3.1. Sobre o consumo 129
3.2. Sobre a produção 130
3.3. Sobre a balança dos pagamentos 131
3.4. De receita fiscal 131
3.5. De transferência de rendimento (para os produtores) 132
3.6. De bem-estar 132
3.7. Sobre os termos do comércio 134
4. APRECIAÇÃO 136
4.1. O juízo negativo da teoria das divergências domésticas 136
4.1.1. Ideia geral 136

4.1.2. Os custos de bem-estar e os meios alternativos de intervenção 139
4.1.2.1. A promoção da produção 140
a) A promoção global da produção 140
b) A promoção de um fator de produção 142
4.1.2.2. A orientação (o incentivo à redução) do consumo 143
4.1.2.3. A cobrança de receitas 144
4.1.2.4. A alteração dos termos do comércio 148
4.2. A persistência (ou mesmo o aumento) das restrições ao comércio 149
4.2.1. As estratégias em mercados imperfeitos 150
4.2.2. A influência dos grupos de pressão 152
4.2.3. A consideração dos custos administrativos 159
4.3. A permanência do relevo do argumento das indústrias nascentes 162
4.3.1. Lógica do argumento 163
4.3.2. Condições de validade 167
4.3.2.1. O 'teste de Mill' 167
4.3.2.2. O 'teste de Bastable' 168
4.3.2.3. O 'teste de Kemp' 169
a) A criação de economias externas 170
b) O afastamento de imperfeições no mercado 173
4.3.3. As vias a seguir e as dificuldades a ter em conta 175
4.4. O argumento das indústrias senescentes 177
Anexo II.A – Noção e significado da medição da proteção efetiva: representação diagramática 179
Anexo II.B – Os efeitos da intervenção alfandegária num modelo de equilíbrio geral 185

PARTE III – A TEORIA DA INTEGRAÇÃO 189
1. A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA 191
1.1. Breve evolução histórica 191
1.2. Formas. O caso da União Europeia 194
1.3. As medidas negativas e as medidas positivas de integração 196
1.4. Justificação para a prioridade dada na lecionação à teoria das uniões aduaneiras 197
2. A TEORIA ESTÁTICA DAS UNIÕES ADUANEIRAS 198
2.1. Formulação básica 198
2.2. Extensões da teoria 204

2.2.1. À formação de um mercado único 204
2.2.2. A formação de um mercado comum 206
3. OUTRAS RAZÕES ECONÓMICAS APONTADAS PARA A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO 208
3.1. O aproveitamento de vantagens de especialização 208
3.2. O aproveitamento de economias de escala 209
3.3. Efeitos dinâmicos 211
3.4. Efeitos de criação de rendimento 213
4. AS LIMITAÇÕES DAS JUSTIFICAÇÕES APRESENTADAS 214
4.1. As uniões aduaneiras como soluções de segundo ótimo 214
4.2. A possível vantagem das áreas (zonas) de comércio livre 217
4.3. Extensão da crítica às demais justificações 217
5. A PROMOÇÃO DOS TERMOS DO COMÉRCIO OU DO DOMÍNIO DE EMPRESAS EM MERCADOS IMPERFEITOS 219
5.1. A promoção dos termos do comércio 219
5.2. A política comercial estratégica 221
5.3. O 'dilema do prisioneiro' 222
6. A MEDIÇÃO DOS EFEITOS DE INTEGRAÇÃO 223
6.1. As dificuldades de medição 223
6.2. A escassez dos resultados apurados 224
6.3. As medições feitas na União Europeia e em Portugal 224
7. OS ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO VISANDO O FORNECIMENTO DE BENS PÚBLICOS 225
8. RAZÕES NÃO ECONÓMICAS PARA A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO 226
9. OS ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO COMO PASSOS NO SENTIDO DO COMÉRCIO LIVRE MUNDIAL 227
9.1. Lógica desta evolução 227
9.2. A implantação de novos setores com perspetivas a nível mundial 227
9.2.1. Critérios a satisfazer 227
9.2.2. Os meios mais adequados para intervir. As políticas internas em vez da política comercial 228
9.2.3. A possível justificação para a intervenção dos espaços de integração 229
9.2.4. Implicações para as políticas estruturais (v.g. para a política regional) 231
9.3. Outras razões para a intervenção 232

10. CONCLUSÕES. AS DÚVIDAS LEVANTADAS PELO 'NOVO (SEGUNDO) REGIONALISMO' 234
Anexo III.A – A teoria estática das uniões aduaneiras considerando apenas efeitos sobre a produção 235
Anexo III.B – A teoria estática das uniões aduaneiras considerando a oferta não infinitamente elástica do(s) país(es) parceiro(s) 237

PARTE IV – POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA 241
1. INTRODUÇÃO 243
2. POLÍTICAS MAIS DIRETAMENTE LIGADAS À PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DA CIRCULAÇÃO 245
2.1. Política de concorrência 245
2.1.1. Os acordos restritivos da concorrência e os abusos de posições dominantes 247
2.1.1.1. Os acordos, associações e práticas concertadas entre empresas 248
2.1.1.2. Os abusos de posições dominantes 249
2.1.1.3. As concentrações de empresas (mergers) 250
2.1.1.4. Aplicabilidade das regras de concorrência às empresas públicas 253
2.1.2. Os auxílios públicos 255
2.1.3. As compras públicas 259
2.1.4. Os monopólios nacionais 261
2.1.5. A exigência de uma análise mais económica do direito da concorrência 263
2.1.5.1. Nas práticas entre empresas e de empresas 264
a) Uma maior preocupação com a eficiência conseguida na autorização das restrições verticais 265
b) Uma linha de continuidade, na abertura em relação às concentrações 268
2.1.5.2. Nas ajudas públicas 269
2.2. A política de transportes 272
2.2.1. Introdução 272
2.2.2. A liberalização e a harmonização de normas técnicas 274
2.2.2.1. A liberalização dos transportes 275
2.2.2.2. A harmonização de normas 276

2.2.2.3. As medidas tomadas em relação aos diferentes modos de transporte 277
2.2.3. A construção e a melhoria de infraestruturas 278
2.2.4. Uma mais racional utilização dos vários modos de transporte 281
2.3. A política monetária 285
2.3.1. Introdução 285
2.3.2. As três fases decorridas anteriormente 286
2.3.2.1. A primeira fase, de 1958 a 1969 286
2.3.2.2. A segunda fase, de 1969 a 1979 286
2.3.2.3. A terceira fase, de 1979 a 1989 288
2.4. A liberdade de circulação dos fatores 289
2.4.1. Introdução 289
2.4.2. A livre circulação da mão-de-obra 290
2.4.3. A livre circulação do capital 293
2.4.4. As liberdades de estabelecimento e de prestação de serviços 295
3. POLÍTICAS SETORIAIS 297
3.1. A política agrícola comum (PAC) 297
3.1.1. Introdução 297
3.1.2. Os objetivos fixados no Tratado 297
3.1.3. A especial delicadeza do problema 298
3.1.4. Os princípios da PAC: unicidade do mercado, preferência comunitária e solidariedade financeira 299
3.1.5. A solução de primeiro ótimo seguida no Reino Unido antes da integração 299
3.1.6. A via seguida pela política agrícola comum (PAC). Apreciação 301
3.1.7. As reformas da PAC 312
3.1.7.1. A reforma de 1992 314
3.1.7.2. A reforma da Agenda 2000 318
3.1.7.3. A reforma de 2003 319
3.1.7.4. A reforma de 2008 322
3.1.7.5. A reforma de 2013 324
3.1.9. Um “modelo europeu de agricultura”? 326
3.2. A política de pescas 329
3.3. A política industrial 332
3.3.1. Introdução 332
3.3.2. Uma filosofia correta de atuação 333

3.3.3. Os grandes projetos europeus 336
3.3.4. A problemática das indústrias em crise 337
3.4. A política de investigação e desenvolvimento tecnológico (I & D) 339
3.4.1. Introdução 339
3.4.2. A filosofia e as vias de atuação 341
3.5. Política energética 346
3.5.1. Introdução 346
3.5.2. A filosofia seguida 347
3.5.3. A tributação da energia 349
3.5.4. A diversificação e a racionalização dos gastos energéticos 355
3.6. A política do ambiente 359
3.6.1. Introdução 359
3.6.2. A filosofia e as vias de atuação 360
3.6.2.1. Uma preocupação alargada e integrada pelo ambiente 360
3.6.2.2. Objetivos, princípios e formas de atuação 361
4. A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL E A POLÍTICA REGIONAL 367
4.1. Introdução 367
4.2. A razão de ser da política regional 371
4.3. A atenção crescente dada à problemática dos desequilíbrios espaciais 375
4.3.1. Passos mais importantes que foram sendo dados 375
4.3.2. Os princípios e os meios de apoio nos quadros anteriores 377
4.3.3 O quadro de apoio agora em curso 384
4.4. Os resultados da política já seguida 390
4.4.1. No conjunto da União Europeia 390
4.4.2. No quadro português 396
4.4.3. A política regional e o sentido contrário de outras políticas e intervenções da União Europeia 407
4.5. O futuro da política regional 407
5. O ATO ÚNICO EUROPEU E O 'MERCADO ÚNICO DE 1993' 409
5.1. O procedimento seguido 409
5.2. As barreiras afastadas 411
5.2.1. As barreiras físicas 411
5.2.2. As barreiras técnicas 411
5.2.3. Referência às barreiras fiscais 412
5.3. Os resultados alcançados 413

6. OS PASSOS NO SENTIDO DA UNIÃO MONETÁRIA 415
6.1. Introdução 415
6.2. A adoção da moeda única 416
6.2.1. Os antecedentes em relação à união monetária 416
6.2.2. Os passos dados na sequência do Tratado de Maastricht 417
6.2.3. Os benefícios e os custos da moeda única 422
6.2.3.1. Benefícios e custos gerais 424
6.2.3.2. Benefícios e custos para Portugal 433
6.2.3.3. Os riscos e as exigências de equilíbrio e competitividade 439
6.3. O Pacto de Estabilidade e Crescimento 443
6.4. Exigências mais recentes 444
a) O *SixPack* 444
b) O Semestre Europeu 445
c) O Tratado Orçamental 446
d) O *Two Pack* 446
6.5. A necessidade de reforçar as políticas estruturais 447
7. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO 452
7.1. A Estratégia de Lisboa 454
7.1.1. Razão de ser e objetivo geral 455
7.1. 2. Os compromissos assumidos e as vias a seguir 455
7.1.3. O Método Aberto de Coordenação (MAC) 456
7.1.4. O Relatório Kok e o relançamento da Estratégia 457
7.1.5. Avaliação geral 458
7.2. A Estratégia Europa 2020 458
7.2.1. Os desafios de longo prazo 458
7.2.2. Prioridades e objetivos 460
7.2.3. Razões para uma esperança realista ? 461
7.2.4. O reforço da confiança nos mercados (internos e externos) 464
7.2.4.1. Um mercado único para o século XXI 464
7.2.4.2. Uma estratégia externa 466
7.2.5. Conclusões 468
8. OS ALARGAMENTOS RECENTES 469
8.1. Os números dos alargamentos 470
8.2. As razões determinantes 472
8.3. As maiores dificuldades nas duas políticas principais 475
9. A POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA (PEV) 478

9.1. Razão de ser 478
9.2. A iniciativa tomada 481
9.3. Meios financeiros 481
10. A PROBLEMÁTICA ORÇAMENTAL 483
10.1. Caraterização do orçamento 483
10.2. As funções desempenhadas 484
10.2.1. A função de afetação 487
10.2.2. A função de estabilização 488
10.2.3. A função de redistribuição 489
10.3. As componentes básicas da despesa 490
10.3.1. Os antecedentes 490
10.3.2. O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2014-2020 495
10.4. A exiguidade do orçamento 498
10.5. As receitas da União 501
10.5.1. Os antecedentes e o financiamento com recursos próprios 501
10.5.2. Os recursos próprios: análise crítica 502
10.5.3. A procura de recursos mais adequados 505
10.6 O "deve" e o "haver" de cada país 515
Anexo IV – Investimentos aprovados pelo Programa Compete 521

PARTE V – A UNIÃO EUROPEIA FACE À GLOBALIZAÇÃO 523
1. UM NOVO OU RENOVADO MAPA DO MUNDO, COM A GLOBALIZAÇÃO 525
2. A "APROXIMAÇÃO" DAS ECONOMIAS 531
3. A REAFIRMAÇÃO DAS VANTAGENS DA ABERTURA 535
4. UMA PREVISÍVEL MAIOR ABERTURA DAS ECONOMIAS 539
5. A ESTRATÉGIA DE ABERTURA A SEGUIR 543
6. AS RESPONSABILIDADES DA EUROPA. O APOIO AO DESENVOLVIMENTO 546
7. A TENDÊNCIA RECENTE PARA A FORMAÇÃO DE BLOCOS REGIONAIS 551
7.1. Blocos 'formais' e blocos 'informais' 552
7.2. A situação nos anos 60 (o 'primeiro regionalismo') 552
7.3. A tendência mais recente (o 'segundo regionalismo') 553
7.3.1. Os círculos 'para leste' na Europa 555
7.3.2. A NAFTA 556
7.3.3. O MERCOSUL (e a América Latina) 557

7.3.4. O espaço asiático 560
7.3.5. O espaço africano 561
7.4. O significado dos movimentos em curso 562
7.4.1. A abertura muito diferente dos vários blocos 563
7.4.2. O aumento dos comércios intra e extra-regional 564
7.5. As estratégias dos blocos 565
7.6. A perspetiva de que sejam passos no sentido de comércio livre mundial 567
8. O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) 573
Anexo V.A – O investimento direto estrangeiro 577
Anexo V.B – As polarizações regionais 579

BIBLIOGRAFIA 587

ÍNDICE DE ASSUNTOS 707

INTRODUÇÃO

A aproximação das aulas tornou mais uma vez premente a publicação de uma nova edição deste livro.

Poderia ter-se seguido o caminho de se proceder a uma reimpressão da edição anterior, sem dúvida o caminho mais fácil e mais rápido. Era todavia menos ou mesmo não satisfatório, para os leitores, de um modo geral estudantes, e também por consequência para o autor.

O mundo mudou muito nos anos recentes, mudou também naturalmente a União Europeia: havendo por isso não só novos indicadores estatísticos, nova legislação, nova jurisprudência e políticas renovadas, como também literatura que foi dando conta da evolução que se foi verificando, artigos e livros novos ou novas edições de obras anteriores.

A disponibilização de uma nova edição para o ano letivo de 2016-17 não teria sido todavia possível se não se desse o caso de, como é natural, não mudar de ano para ano o essencial das teorias e das políticas, continuando a estar atuais, ainda que com desenvolvimentos mais ou menos importantes. Grande parte dos contributos essenciais, expostos nos manuais, vêm de trás, desde os autores clássicos aos autores que basicamente nos anos sessenta (ou pouco antes ou depois) do século XX deram contributos com o maior relevo para as teorias e as políticas do comércio internacional e da intervenção nas economias, bem como para a procura de justificação da formação de espaços de integração. Vêm também de trás, mantendo toda a atualidade, os contributos para a compreensão (com juízos positivos ou negativos) das principais políticas da União Europeia, constando pois também já das edições anteriores a generalidade das políticas consideradas.

Pôde por isso manter-se, mantendo toda a atualidade, grande parte do texto anterior, com a atualização dos dados estatísticos, legislativos e jurisprudenciais e a referência aos contributos científicos mais recentes. No plano legislativo, assume especial significado a circunstância de estar já em vigor o Tratado de Lisboa. No que diz respeito à produção científica, mesmo havendo contributos recentes, não deixámos de manter as referências bibliográficas já feitas (nos casos em que não houve novas edições, deixando de ser justificada a referência às edições anteriores; o que nem sempre acontece...), não tendo sentido que, para se poupar uma dúzia de páginas de bibliografia, se apaguem da "memória dos homens" os contributos que foram sendo dados ao longo das décadas. Sentimo-lo muito em particular em relação aos autores portugueses, que foram acompanhando, muitas vezes influenciando, o caso singular de abertura económica e de integração possível do nosso país, mesmo em períodos em que poderia prever-se uma linha de orientação bem diferente. Deixámos aliás também alguns dados estatísticos do século passado (do século XX), sem continuidade no presente, que são todavia esclarecedores das políticas seguidas e das evoluções verificadas (assim acontece por exemplo com os valores da evolução do comércio intra-setorial e da proteção efetiva, com a "velha pauta alfandegária nacional", ilustrativos de um passado recente que é interessante ter presente).

Para além de outros casos, na sequência do que fizemos com as edições anteriores têm alterações maiores os casos em que foram maiores as alterações verificadas nas políticas da União Europeia, como são os casos da estratégia de médio e longo prazos (agora a Estratégia "Europa 2020") e da política orçamental (estando em aplicação agora o Quadro Financeiro Plurianual, QFP, para 2014-2020).

Além do mais com implicações importantes na política regional e na política agrícola, não podia deixar de ser grande a atualização a introduzir, já na edição anterior, em relação aos alargamentos, tendo entre a penúltima edição e a que vem agora a lume o número de países membros subido de 15 para 28 (reduzindo-se para 27 com a saída do Reino Unido, mas podendo pôr-se a hipótese, ainda que não para já..., da adesão de algum ou alguns outros países): um alargamento sem precedentes próximos, pela sua dimensão e pelas diferenças verificadas entre os novos membros e os países que já faziam parte da União (antes, das Comunidades).

Com especial relevo, edições já em pleno século XXI não poderiam deixar de refletir o novo mapa do mundo para que se caminha, num século em que

se avançará inexoravelmente para uma maior globalização, com a força já hoje bem sentida de novas potências (ou o ressurgir de potências muito antigas...). Trata-se de algo de novo, nos contornos e nos desafios a que há que dar resposta, que não podia deixar de se refletir nestas lições.

Assim se justifica que desde a edição anterior se autonomize uma nova parte, a parte V, dedicado à *União Europeia face à globalização* (temática a que anteriormente era dedicado apenas um número na parte IV); numa linha de preocupação expressada também num subtítulo do livro que vem igualmente da edição anterior, sublinhando-se a necessidade de se fazer "face aos desafios da globalização"; título em que nesta nova edição, na linha da evolução institucional ocorrida, passa a falar-se em "políticas da União Europeia", já não em "políticas comunitárias".

Acontece que no quadro em que nos inserimos todas as políticas da União Europeia, mesmo as políticas internas, têm de passar a ter uma exigência muito maior: sob pena de não conseguirmos competir num mundo que, desejavelmente e ainda que com alguns recuos, não deixará de ser cada vez mais global. Sendo assim, ainda que percentualmente sejam maiores as taxas de crescimento do comércio (e de outros movimentos económicos) intra-bloco, continuará a assumir um relevo crescente o comércio em geral, justificando-se pois ainda mais o espaço dedicado no livro às teorias explicativas e justificativas do comércio, bem como à teoria da intervenção; tratando-se todavia de matérias que, independentemente disso, desde a primeira edição se justificavam como base para a compreensão da teoria da integração, sabendo-se que muitos dos leitores do livro, designadamente estudantes, não teriam estudado antes esta temática.

Nesta lógica, nos dois números iniciais da primeira parte (I), ainda antes da exposição das teorias, é interessante dar já alguma informação (complementada na parte V) sobre o relevo crescente que o comércio internacional tem vindo a ter e fazer uma resenha da evolução que se tem verificado, desde o século passado, nos planos dos factos e da teoria económica, com predomínio do livre-cambismo, entrecortado todavia por períodos de maior intervenção no comércio internacional e de formulação de explicações teóricas que em boa medida têm também procurado justificá-lo.

Ao passarem a fazer parte de uma área de integração os países por um lado afastam as barreiras entre si mas por outro mantêm (ou levantam mesmo) barreiras em relação a terceiros. Justifica-se por isso, por ambas as razões – para além do relevo próprio e crescente desta temática, com a globalização

– que a segunda parte (II) do livro seja dedicada à análise da intervenção no comércio, descrevendo-se primeiro as formas que pode revestir, expondo-se depois as dificuldades que se levantam e como tem sido resolvido o problema da sua medição, e analisando-se por fim os seus efeitos: afastados no interior mas mantidos face ao exterior, v.g. com algum nível de protecionismo. Constatando-se que, a par de outros efeitos, a intervenção no comércio tem efeitos indesejáveis de bem-estar, procurará ver-se que meios alternativos poderão e deverão ser utilizados, no plano interno, e que razões poderão explicá-la, ao arrepio do que a experiência e a teoria aconselham.

No quadro atual, por um lado de globalização e por outro de crise ainda não totalmente ultrapassada, suscitando sempre tentações protecionistas, há pois razões acrescidas para que se mantenham, atualizadas, estas duas primeiras partes, que vêm já da primeira edição.

Mas, independentemente disso, os elementos fornecidos são necessários para a compreensão da terceira parte (III), sobre a teoria e em alguma medida sobre a prática da integração, com a qual se verificam em relação aos países membros efeitos desejáveis de criação de comércio mas em contrapartida desvios inconvenientes em relação a terceiros países de onde pudesse importar-se em melhores condições de qualidade ou preço. Podendo questionar-se, por conseguinte, a prevalência de espaços regionais de integração sobre o comércio livre mundial, importa saber se outras razões poderão justificar a sua criação, como via(s) de segundo ótimo ou com uma determinação não económica. Na exposição são privilegiadas as uniões aduaneiras, vendo-se todavia em que medida a análise é extensível a outras formas de integração.

A quarta parte (IV) do livro é dedicada a algumas políticas da União, de um modo geral às políticas económicas, distinguindo-se primeiro políticas que visam mais diretamente a concorrência e a livre circulação das mercadorias, dos serviços, das pessoas e dos capitais, depois políticas setoriais e em terceiro lugar a política regional; concluindo-se o capítulo com as perspetivas abertas em relação ao mercado único, à moeda única e aos alargamentos que tiveram lugar e que poderão perspetivar-se, dando-se ainda relevo, já na edição anterior, em números próprios, à Estratégia de Lisboa, à Política Europeia de Vizinhança e ao quadro orçamental da época; e nesta edição, como avançámos já atrás, à Estratégia "Europa 2020" e ao quadro orçamental para 2014-2020, em que estamos agora inseridos.

Por fim, o novo quadro do mundo justifica a autonomização de uma nova parte (V), tal como sublinhámos igualmente há pouco: atualizando e

ampliando o anterior número IV. 8, já com a consideração do papel dos blocos regionais num mundo globalizado, num mundo que de facto se vai tornando mais "plano" (na conhecida designação de Thomas Friedman, 2006), onde só será possível competir tendo-se a máxima eficiência, nas políticas externas e internas. Mas assim deverá acontecer num mundo aberto e exigente em que, apesar dos progressos e aproximações gerais que têm vindo a verificar-se, continuam a ser necessários apoios ao desenvolvimento de áreas do mundo mais carecidas, designadamente pelas vias referidas nesta edição.

Para além da justificação dada acerca das matérias expostas nas cinco partes do livro, importa dar algumas indicações sobre o modo como são abordadas, tendo em conta a grande maioria dos destinatários do livro, estudantes e outros interessados.

Sendo provavelmente em muitos casos pessoas sem grandes conhecimentos económicos prévios, começa-se desde o início o tratamento dos vários temas, como são os casos das teorias do comércio internacional e da teoria das divergências domésticas, fornecendo elementos que estariam já adquiridos se se tratasse de licenciados em Economia. A experiência de 33 anos de lecionação da disciplina, a estudantes de post-graduação e de licenciatura, mostra todavia que os leitores rapidamente se integram nestas áreas, através de uma exposição abreviada dos assuntos que serve simultaneamente para reavivar a memória de quem tenha passado há mais tempo pelo seu estudo.

Trata-se além disso na grande maioria dos casos de leitores (v.g. estudantes) que não têm estudos avançados de matemática, não dispondo neste domínio de mais do que os conhecimentos elementares adquiridos no ensino secundário.

Estamos assim face a uma lacuna que seria bem mais difícil de colmatar com o fornecimento, no espaço disponível, dos conhecimentos indispensáveis para seguirem uma exposição matemática das matérias da disciplina. Mas felizmente uma compreensão correta do comércio internacional, das teorias da intervenção e da integração e das políticas da União Europeia é conseguida através de uma exposição verbal complementada com uma exposição diagramática: sendo aliás esta forma de análise e exposição especialmente adequada no campo da economia internacional, onde tem a maior tradição e continua a ter a maior atualidade, com uma utilização predominante nos livros de texto, mesmo tratando-se de livros dirigidos a estudantes e licenciados em Economia. E contrastando com o que se passaria com a preparação matemática que seria requerida, verifica-se que o conhecimento dos elementos básicos para o acompanhamento de uma exposição diagramática podem ser rapidamente

adquiridos, quando muito numa aula dedicada a tal fim: necessária aliás apenas para a compreensão dos diagramas de equilíbrio geral, com os esclarecimentos que inserimos num anexo à primeira parte do livro (Anexo I.A).

Ultrapassado o conhecimento inicial que se proporciona é natural que muitos dos leitores, por interesse profissional ou cultural, queiram aprofundar alguns dos temas tratados, justificando-se por isso a extensão da bibliografia citada (mantendo-se em geral, como se disse, as referências das edições anteriores). Não se trata de qualquer modo, como é óbvio, de uma bibliografia completa, fugindo-se designadamente a referir tratamentos muito sofisticados das matérias e obras mais antigas que pouco tenham inovado ou acrescentado; mas sim de uma bibliografia que, além de mencionar de um modo geral os contributos originais, ainda que meramente expositivos, para as várias teorias e avaliações, visa abrir caminho para algum alargamento posterior dos conhecimentos adquiridos (procurando nos vários casos não deixar de referir o que tenha sido publicado no nosso país).

Tendo tido a sua origem na disciplina que o autor começou a reger há 33 anos no curso de post-graduação em Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tem tido acolhimento em outras post-graduações e em disciplinas de licenciaturas de outras Universidades; designadamente, nos últimos anos, das Universidades Lusíada de Lisboa e do Norte (Porto), onde o autor é professor e leciona estas matérias (ainda em lecionações fora de Portugal, designadamente em Macau, tendo o livro edições também em inglês e em chinês, bem como uma edição no Brasil, em parceria com um colega deste país).

As várias edições saídas têm vindo aliás a beneficiar da experiência docente do autor, tendo em conta dúvidas suscitadas nas aulas e as respostas dadas nas avaliações (fomos procurando melhorar por consequência exposições que não estavam tão claras); bem como de indicações e outros apoios de colegas e colaboradores dessas escolas e do escritório onde presta colaboração, a SRSA advogados (não os mencionando com o receio de cometer alguma omissão...).